

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 5 | edição nº 2 | 2016

*A formação histórica e o engajamento
político da Irmandade Muçulmana Síria sob
a perspectiva da teologia pública*

Marcos Alan S. V. Ferreira,
Gary Rainer C. Vanderlei,
Gisele Bellinati



Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais



Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A FORMAÇÃO HISTÓRICA E O ENGAJAMENTO POLÍTICO DA IRMANDADE MUÇULMANA SÍRIA SOB A PERSPECTIVA DA TEOLOGIA PÚBLICA

Marcos Alan S. V. Ferreira¹
 Gary Rainer Chumacero Vanderlei²
 Gisele Bellinati³

Resumo: Ao longo do tempo a comunidade internacional tem presenciado o surgimento de grupos religiosos capazes de ultrapassar as fronteiras nacionais. Estes fenômenos são observados atualmente em casos como os de Egito e Síria, nas quais suas agitações políticas têm sido comumente interpretadas como vinculadas às práticas de grupos religiosos. Dentro destes grupos, a Irmandade Muçulmana (IM) tem sido um dos principais atores no Oriente Médio. O presente artigo busca compreender as peculiaridades da formação política da IM Síria nas duas primeiras décadas de sua formação (1947-1963) através da aplicação do conceito de teologia pública. Ao olhar em perspectiva comparada a IM egípcia com a síria, a pesquisa mostra que as percepções destes grupos não são uniformes, de maneira que o grupo sírio tem mostrado em sua história um comportamento político singular em comparação com sua matriz egípcia. Tal diferenciação auxilia na compreensão do papel político de ambos os grupos para futuras análises.

Palavras-chave: Teologia Pública; Irmandade Muçulmana; Religião; Síria; Egito.

THE HISTORICAL BACKGROUND AND THE POLITICAL ENGAGEMENT OF THE SYRIAN MUSLIM BROTHERHOOD FROM THE PERSPECTIVE OF PUBLIC THEOLOGY

Abstract: Over time the international community has witnessed the emergence of religious groups able to transcend national borders. These phenomena are observed currently in cases like those of Egypt and Syria, in which his political agitations have been commonly interpreted as linked to the practices of religious groups. Within these groups, the Muslim Brotherhood has been a key player in the Middle East. This article seeks to understand the peculiarities of the political formation of Syrian Muslim Brotherhood in the first two decades of its formation (1947-1963) according the concept of public theology. It is applied for this analysis the concept of public theology. When looking from a comparative perspective the Egyptian and Syrian Muslim Brotherhoods, this research shows that perceptions of these groups are not uniform, in which the Syrian branch has shown in its history a singular political behavior compared to Egyptian branch. This distinction helps to comprehend the political role of both groups for further analysis..

Keywords: Public Theology; Muslim Brotherhood; Religion; Syria; Egypt.

¹ Docente no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É doutor em Ciência Política pela UNICAMP e líder do Grupo de Pesquisa em Segurança, Estudos de Paz e Ordem Internacional (UFPB). E-mail: marcosalan@gmail.com

² Mestrando em Gestão Pública e Cooperação Internacional (UFPB) e graduado em Relações Internacionais na mesma instituição. E-mail: garyvanderlei@gmail.com

³ Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa em Segurança, Estudos de Paz e Ordem Internacional (UFPB). E-mail: giselebellinati@hotmail.com

Introdução

A segunda metade do século XX e o início do século XXI têm representado um período de profundos questionamentos e revalorização do papel desempenhado pela religião em alguns dos principais eventos ocorridos no Sistema Internacional. A eclosão das guerras civis no Oriente Médio, a ascensão de grupos religiosos à política com a formação de novos regimes governamentais – como no caso do Irã de 1979 –, e o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos reivindicado pelo grupo islâmico Al-Qaeda, tem servido como fatores para se explicar a necessidade de se intensificar a relevância e produção de estudos científicos destinados a melhor compreensão do comportamento destes grupos religiosos e suas incidências no cenário internacional (THOMAS, 2005; HAYNES, 2001).

Um caso de destaque é a atuação de um grupo islâmico chamado Irmandade Muçulmana (IM). Este grupo, inicialmente formado no Egito, conseguiu ampliar sua área de atuação para vários territórios árabes através do estabelecimento de uma espécie de filiais, as quais compartilhariam seus preceitos ideológicos básicos e manteriam diversos graus de semelhança com sua matriz egípcia (TEITELBAUM, 2004; PIRES, 2013; TALHAMY, 2012). Em particular, a ramificação síria da IM tem demonstrado ser uma peça-chave para o entendimento de como grupos islâmicos similares no nível religioso podem apresentar discrepâncias ideológicas e políticas divergentes ao longo do tempo por conta de uma gama de variáveis.

Com base neste contexto, nosso estudo se propõe a realizar uma análise dos principais fatores para a compreensão das particularidades da incidência política da IM egípcia e a IM síria. Para tal, utilizaremos o conceito de Teologia Pública dentro da vertente que é desenvolvido pela cientista política Nukhet Sandal em artigo de 2012 intitulado *The Clash of Public Theologies? Rethinking the Concept of Religion in Global Politics*. Tal artigo nos auxilia conceitualmente na exposição dos fatores determinantes para o entendimento do comportamento de grupos religiosos similares em suas crenças, mas que se constituem com ações posteriores divergentes no campo internacional e doméstico.

Começaremos nosso estudo com um enfoque teórico do conceito de Teologia Pública, conceito ainda pouco conhecido no estudo da religião e relações internacionais, mas de grande importância no exame da religião na política e igualmente de grande utilidade para a compreensão de grupos como a IM. Através deste conceito poderemos demonstrar que a variável religiosa não é necessariamente o fator determinante para a compreensão do surgimento de conflitos e ações terroristas entre os grupos religiosos, já que estes seriam

problemas derivados de fatores conjunturais e não sistêmicos. A estes fatores que estamos qualificando como conjunturais, Sandal (2012) classifica sob quatro dimensões: Espiritual, Temporal, Espacial e Substantiva.

Seguindo essas dimensões, após a definição de nosso marco teórico, faremos uma breve contextualização da dimensão substantiva que propomos compreender nesse trabalho, a saber, *a formação histórica da incidência política da IM síria*. Com a aplicação da análise das dimensões espaciais e temporais apresentadas por Sandal (2012) poderemos entender o papel das características históricas e territoriais no processo de consolidação da ideologia do grupo sírio sob influência de sua matriz egípcia, onde nos centraremos nos fundamentos presentes na postura defendida pelo seu fundador, Hassan al-Banna. Com esta abordagem também poderemos entender melhor, por consequência, o processo de formação e funcionamento da IM na Síria, na qual realçaremos suas características específicas, tal como sua afinidade em se organizar enquanto partido político em meados dos anos de 1940.

Concluiremos nossa análise mostrando como os fatores conjunturais substantivos são capazes de formar os comportamentos e percepções de grupos religiosos. No caso aqui exposto, mesmo que ambos os grupos pertencessem a uma mesma linha de pensamento islâmica, suas características singulares devem ser analisadas e entendidas separadamente para uma melhor compreensão de seus diferentes papéis na cena política doméstica de seus países.

Marco teórico-metodológico

O debate sobre o papel da religião na política não é uma novidade dentro das ciências humanas. Embora no campo das Relações Internacionais a temática tenha ganhado força do final dos anos 1970, a discussão na ciência política e sociologia remonta a décadas anteriores.

Dentre as conceituações que contribuem na explicação da interligação entre política e religião, uma ganha destaque especial: o conceito de teologia pública. Segundo sintetizado por Von Sinner (2012), pode-se dizer que a teologia pública busca analisar, interpretar e avaliar a presença da religião no espaço público, considerando para isso a especificidade do contexto e de sua configuração de espaço público (VON SINNEN, 2012: 11).

O termo é utilizado pela primeira vez pelo norte-americano Martin Marty em 1974, em um ensaio sobre a obra de Reinhold Niebuhr, este último um influente teólogo e comentarista político estadunidense e autor da famosa obra '*Moral Man and Immoral Society*' (MARTY, 1974: 333-334). Neste ensaio, Marty discorre sobre o papel da teologia nas questões públicas,

em que defende a ideia de que a igreja não fique circunscrita às paredes do templo religioso, mas também atue como promotora de civilidade dentro da esfera social (MARTY, 1974; CARVALHO, 2014).

Neste sentido, Marty identificou dois tipos de religião civil, nas quais tais tipologias poderiam se expressar em paralelo das duas formas. Um primeiro tipo tem um papel profético teológico e crítico com relação a nação e seus líderes, como visto nas proposições de Reinhold Niebuhr. Outra tipologia representaria a teologia pública que defende publicamente na esperança política, econômica e/ou social o lado defendido pela igreja, como visto no pensamento de Benjamin Franklin (BREITENBERG, 2010: 7-8).

O debate sobre o conceito posteriormente acabou por resultar em duas escolas de pensamento distintas sobre o que seria teologia pública. Enraizadas no debate da teologia cristã dentro dos EUA, surge de um lado a escola de Chicago, e de outro, a escola de Yale. Para teóricos como David Tracy, um dos mais eminentes representantes da escola de Chicago, é reconhecida a fragmentação da racionalidade “dentro de contextos particulares que inibem a possibilidade de adquirir consenso universal em temas públicos de contextos pluralísticos”. Logo, seria importante explicar, justificar e defender questões teológicas publicamente no sentido de buscar consensos e universalidade na esfera pública. Já a escola de Yale – representada por nomes como George Lindbeck, Hans Frei, Paul Homer, Ronald Thieman, dentre outros – vê de maneira contrária: não é papel da teologia trazer a racionalidade das questões de fé e torná-las acessíveis à esfera pública ou buscar consenso público (KOOPMAN, 2006: 211). Logo, para a escola de Yale a prática de fé deve estar circunscrita da vida religiosa comunal (RIKE, 1996: 160).

Para além dos debates teológicos, as discussões transbordaram para o entendimento de cientistas políticos e analistas internacionais. Nos estudos sobre o papel da religião nas Relações Internacionais, o trabalho desenvolvido por Vendulka Kubálková tem um papel de destaque. Em suas tentativas de criar e desenvolver um novo subcampo de estudos das Relações Internacionais, a autora nomeia um subcampo capaz de permitir à análise do universo religioso no contexto internacional, denominado “Teologia Política Internacional” (KUBÁLKOVÁ, 2000: 79).

Kubálková (2000) interpreta que a religião enquanto fator analítico pode ser estruturado nas relações sociais pertencente ao domínio público ou privado. Nesse sentido,

através dos questionamentos sobre a relação entre as percepções de “*Libertas Ecclesiae*”⁴ e “*Libertas Personae*”⁵, interpretamos que quando os fatores religiosos forem analisados dentro de grupos em seu âmbito privado, devem ser mantidos nos estudos um tratamento especial de tolerância e neutralidade por parte de seus pesquisadores.

No caso de eventos onde o fator religioso é capaz de se manifestar mais intensamente no domínio público, Kubálková (2000) classifica dois níveis de análises para a realização de estudos. O primeiro diz respeito ao nível sistêmico das Relações Internacionais, e o segundo, ao nível da Política Doméstica do país estudado. Quando a análise ocorre dentro do nível das Relações Internacionais, questões de caráter global devem ser enfatizadas, tais como: onde os agentes religiosos têm atuado no plano internacional? Quais foram as principais interações transnacionais que envolveram as organizações religiosas e os grupos religiosos existentes? Como têm sido a interação entre os Estados: são baseadas em crenças e doutrinas ou seculares? Em contrapartida, quando a análise ocorre dentro do nível da Política Doméstica do país, questões relevantes à presença ou ausência de atores religiosos dentro da participação política no regime devem ser levantadas.

Dentro dos possíveis ambientes nos quais os grupos religiosos podem se manifestar, a manifestação destes atores dentro da esfera pública pode ser compreendida através de uma análise multifatorial, tal como desenvolvida por Sandal (2012). Ao apresentar suas concepções Sandal (2012) nos define sua percepção sobre *teologia pública* como “o reflexo sistêmico das formas nas quais indivíduos ou sociedades correlacionariam suas crenças com questões de caráter público, sob a liderança de uma autoridade de caráter religioso” (SANDAL, 2012: 67). A estrutura presente dentro deste método de análise apresentado por Sandal (2012) se pauta na compreensão e observação das formas de manifestações religiosas públicas de cunho político através da análise de quatro dimensões existentes no objeto estudado, sendo estas categorizadas nos planos: Espacial, Espiritual, Temporal e o Substantivo.

Segundo Sandal (2012), a teologia pública apresentaria um caráter dinâmico. Isso a torna sensível a transformações sociais e políticas dentro do objeto estudado. Estas possíveis mutações, por sua vez, poderiam representar alterações nas percepções dos indivíduos de um determinado movimento religioso em diversos temas, tais como os de caráter político ou ideológico. Um exemplo de diferentes teologias públicas para uma mesma religião poderia ser

⁴ Dentro de uma tradução livre, podemos interpretar o termo como a liberdade de atuação da Igreja ou instituição religiosa estudada. Ver BERLINERBLAU, 2012.

a divisão entre os grupos sunitas e xiitas do islamismo em outros subgrupos – como a Jihad Islâmica, a Al-Qaeda, o Sufismo na Turquia, o HAMAS, o Hezbollah, e interpretações xiitas de diferentes Aiatolás –, dado que cada qual possui suas especificidades e percepções próprias sobre o Islã, questões políticas, assim como maneiras de incidir suas percepções religiosas na política.

Ao delinear os fatores analisados a partir de dimensões distintas – ainda que complementares no entendimento ontológico do grupo –, Sandal (2012) nos permite a possibilidade de observarmos com maiores detalhes as configurações conjunturais atuantes dentro do processo de consolidação dos grupos religiosos em uma determinada delimitação geográfica. Esta abordagem diminui a possibilidade de uma falsa percepção da realidade, na qual tende-se a enfatizar somente uma área ou contexto (como o histórico ou a própria ideologia de um grupo), e com isso pode enviesar a pesquisa a uma dimensão entre tantas relevantes para a compreensão do objeto.

Nesse sentido, ao categorizarmos os fatores analisados sob uma perspectiva multifatorial – na qual observaremos através da análise das dimensões temporal, espacial e religiosa o processo de consolidação das percepções dos grupos religiosos atribuídos à dimensão substantiva, poderemos adquirir uma visão mais ampla e detalhada sobre como os fatores conjunturais do sistema analisado puderam influenciar e moldar o posicionamento de um determinado grupo religioso dentro de um dado contexto.

Através da análise da dimensão espacial apresentada por Sandal (2012), pode-se observar como as características singulares de determinado território ao qual um grupo pertence poderiam ser fatores responsáveis pela formação do ambiente no qual ele viria a ser criado e consolidado. Exemplificando, a diversidade étnica de um território, assim como o grau de disponibilidade de seus recursos naturais podem influenciar na postura pacífica ou agressiva de um determinado grupo estudado. Logo, a dimensão espacial ultrapassa o mero conhecimento do espaço em si enquanto recurso, para adentrar em aspectos sociais de um dado local que afetam a composição e atuação do grupo estudado.

Outra dimensão significativa classificada nos estudos de Sandal (2012) refere-se ao fator histórico por trás da teologia pública estudada. Assim, como no caso da dimensão espacial, o plano temporal se mostraria relevante para a realização de uma análise, visto que os contextos históricos nos quais determinados grupos surgem e se desenvolvem, são aspectos significantes no direcionamento adotado por estes grupos no futuro.

⁵ A partir de uma tradução livre, entendemos que o termo refere à liberdade ideológica dos indivíduos, sendo BJIR, Marília, v. 5, n. 2, p. 317-341, mai/ago. 2016

No que se refere a dimensão espiritual, Sandal (2012) enfatiza o papel das tradições religiosas para o modelamento e desenvolvimento das teologias públicas, de forma que esta não poderia vir a existir independente de um direcionamento espiritual ou religioso. No caso da IM, nos pautaremos no fato de que ambas as ramificações se fundamentam na lei islâmica, dada a importância desempenhada pelo estudo do Alcorão⁶ e da Sharia⁷ na formação das figuras de liderança do grupo egípcio e do grupo sírio, mas também pela influência do modo de viver corânico no direcionamento político em ambos os grupos.

Nesse sentido, atribuiremos ao caráter espiritual um valor permanente, dado que interpretaremos em nossa análise que as divergências existentes entre estes dois grupos são decorrentes de fatores de ordem conjuntural. Esta alegação nos introduz a última dimensão presente em nossa análise, a substantiva. Conforme colocado por Sandal (2012: 71),

(...) a dimensão substantiva, com sua relação com as dimensões espiritual, espacial e temporal, auxilia a contextualizar as manifestações de fé e trazer uma concepção sensível de como a religião podem ser passíveis de serem analisadas na pesquisa da ciência política e relações internacionais, seja em uma abordagem construtivista ou positivista.

Logo, a análise da dimensão substantiva consiste em correlacionar uma área temática ou conceito com as variáveis espacial, temporal e espiritual de uma dada teologia pública. Segundo Sandal (2012), a dimensão substantiva seria a responsável pela possibilidade de diferentes grupos religiosos desenvolverem reações particulares em diversos tipos de questões, configurando uma diferente teologia pública ainda que as mesmas possam compartilhar um modo de vida a partir de um mesmo Livro Sagrado.

Nas seções a seguir, apresentaremos uma análise do estudo de caso da IM Síria a partir do marco teórico apresentado por Sandal (2012). Entende-se que a aplicação do conceito da teologia pública proposto pela autora nos proporciona o referencial conceitual mais adequado para o objeto aqui estudado, haja em vista sua natureza multifatorial e impactada por questões internacionais. Isto não diminui a grandeza do rico debate de outros autores aqui apresentados no começo da seção, nas quais apresentam modelos conceituais muito consistentes para a compreensão da teologia em outros âmbitos, tais como o papel das igrejas norte-americanas

estes pertencentes ou não de algum direcionamento religioso. Ver BERLINERBLAU, 2012.

⁶ Alcorão na cultura muçulmana é o único grande sinal de Deus no universo físico. Através de seus versículos individuais (*Ayat*) o Alcorão fornece instruções sobre o modo de se viver e a orientação ética a ser seguida pelo povo muçulmano (ELIAS, 2010).

⁷ Sharia é um método que parte das fontes do islamismo para designar a conduta dos indivíduos dentro da sociedade. O sistema da *sharia* engloba não só questões religiosas, mas também políticas, econômicas, jurídicas, comportamentais, entre outras (ELIAS, 2010).

na política doméstica, a influência do cristianismo no Congresso de países democráticos, dentre outros temas. Ao ter como fundamentação conceitual o trabalho de Sandal para a compreensão da IM na Síria, esperamos compreender um caso de relevância no mundo atual de grupos que compartilham de visões religiosas – e até mesmo Livros Sagrados – similares, mas que não compartilham de atuações políticas e comportamentos semelhantes.

Dada a escassa produção científica sobre o nosso objeto, além da importância do conhecimento do mesmo para a proposição futura de estudos comparativos dentro da temática da religião e relações internacionais, nossa análise de caso se fundamenta nos pressupostos de King et.al. (1994: 44), ao afirmarem que “os estudos de caso são essenciais para a descrição e são, além disso, fundamentais para as ciências sociais”. Ainda, parte-se da premissa que a construção de uma explicação de um caso com base em uma questão exploratória “pode levar a uma mais focada e relevante descrição, mesmo se o estudo, em última análise, frustrar em sua tentativa de prover uma inferência causal única” (KING et. al. 1994: 44).

Para as próximas seções, a escolha dos materiais que constituiu o *corpus* da investigação se fundamentou na exploração da literatura existente e consolidada sobre duas temáticas correlacionadas a nosso objeto principal: a política Síria e a atuação da IM no início de sua formação. Nas páginas a seguir, mostraremos então a constituição e fundamentação da IM Síria dentro das quatro dimensões sugeridas por Sandal (2012): substantiva, espacial, temporal e espiritual.

Dimensão Substantiva: mesma religião, teologias públicas distintas no campo político

No caso aqui compreendido, a dimensão substantiva que queremos explorar enquanto estudo de caso é a *formação e atuação política da IM Síria nas suas duas primeiras décadas*. Em conjunto com a análise das dimensões espiritual, espacial e temporal, podemos compreender o posicionamento do grupo sob a ótica de determinadas questões e temas que os difeririam em sua capacidade de incidência política, mesmo com uma representação e percepção religiosa similar – como é o caso da IM egípcia (SANDAL 2012).

Para compreender as percepções defendidas pela IM síria e pela IM egípcia, faz-se necessário a compreensão da dimensão espiritual, espacial e temporal que esses grupos se inserem logo na sua formação. Essas dimensões contribuem para compreender o porquê de em diversas temáticas e questões a IM síria teria se mostrado sensivelmente divergente às posturas adotadas pelo ramo egípcio, ficando em alguns casos até mesmo contrário a este.

Inicialmente, ao observarmos os fatores analisados na dimensão espiritual, vemos que apesar de ambos os grupos se basearem nas leis islâmicas, a própria leitura do *hadith* e *suna* em alguns casos se torna sujeita a subjetividade de cada grupo. Isto seria possível porque no início do islamismo os ensinamentos das *ahadith* e *suna* teriam sido transmitidos oralmente devido a maior facilidade de acesso da sociedade islâmica a indivíduos próximos ao próprio Profeta (ELIAS, 2010).

Com o passar dos séculos, a expansão do islamismo para novos territórios mais longínquos teria possibilitado que as *ahadith* passassem a ser interpretadas com base em características próprias das culturas e etnias de cada território novo convertido ao islã, salvo aquelas leituras de caráter mais impositivo como as expressas diretamente pelo *Alcorão* e pela *Sharia* (ELIAS, 2010). Esse aspecto da dimensão espiritual, intimamente conectado com a dimensão espacial, demonstra a importância de uma análise multifatorial dos fenômenos religiosos na política.

Dessa expansão da doutrina islâmica a novos territórios, podemos dar uma ênfase maior ao território do Egito e da Síria, no qual os domínios egípcios teriam sido no pós I Guerra Mundial colônia Inglesa, enquanto que a região da atual Síria teria sido dominada pela França. Este fator se torna relevante para o entendimento do processo de percepção e divergências entre estes grupos. Ao passo que domínio britânico se baseava na formação de Estados monárquicos e autoritários, o mandato francês se consolidou através da formação de Províncias/Repúblicas que seriam tuteladas pela potência europeia (ZAHREDDINE, 2013; PORAT, 2010).

Na ramificação egípcia o constrangimento realizado pela Inglaterra teria enraizado um sentimento anti-europeu e anti-colonialista na IM. Já na ramificação síria, havia uma ideia mais branda sobre o uso de mecanismos confrontativos contra o governo. O grupo se direcionou para uma postura mais democrática, tendo em vista uma abordagem estratégica perante o grande número de etnias que passaram a compor o território sírio. Não queremos dizer aqui que ao longo da história ambos os grupos não se utilizaram de meios coercitivos para adquirir seus objetivos, mas a influência francesa durante a colonização síria teria reforçado o caráter igualitário e social do grupo ao longo das décadas seguintes, até a ascensão do partido Baa'th ao poder (ZAHRENDINE, 2013). Este é um aspecto que será melhor explorado na dimensão temporal.

Conforme lembrado por Teitelbaum (2004), também podemos observar que a trajetória política da IM síria nos apresenta fatos significativos sobre sua postura e percepção ideológica, dado que este grupo compartilharia as interpretações do ramo egípcio, como visto

em seu posicionamento de negação a formação de Israel e de defesa da expansão dos ideais islâmicos.

Ainda, o direcionamento de ambos opta em renegar as pretensões da Transjordânia da formação de um Estado árabe monárquico. Tal ação reforçaria a percepção deste grupo de que a defesa de monarquias não faria parte, necessariamente, de uma interpretação legítima do Alcorão, o que em certa medida se mostraria uma contradição com a ideologia pan-arabista. Outro posicionamento importante da IM Síria e da Egípcia estaria em meados da década de 1960, quando ambos se opõem ao governo egípcio e com a República Árabe Unida devido à negativa de Nasser em realizar reformas democráticas no Egito (TEITELBAUM, 2004).

Conforme visto até então, o leitor poderia refletir: a IM síria e egípcia compartilham de espaços similares colonizados por diferentes impérios, uma língua comum, concepções espirituais similares, valores políticos compartilhados e surgimento em um mesmo período histórico. Logo, o que substancialmente faz delas uma teologia pública diferente? A resposta está na análise também das dimensões espirituais, espaciais e temporais.

Destarte, a IM síria conseguiu ser mais incisiva na tentativa de cristalizar suas percepções religiosas em práticas políticas. Este ambiente não foi similar para a IM egípcia, dado que desde seu surgimento foi combatida pelas forças políticas e colocadas na ilegalidade – aspecto presente até os dias atuais depois do golpe sofrido por Muhammad Morsi na única oportunidade que a IM controlou o poder. Já a IM síria encontrou oportunidades de incidência na política mais favoráveis com a tentativa de acomodação democrática de interesses de diferentes grupos étnicos na antiga colônia francesa. Isto permitiu que ela desde o início pudesse galgar passos rumo a representação política – como será visto na seção que trataremos da dimensão temporal. Ou seja, o espaço em que se inseriu, unido a fatores temporais peculiares, possibilitou que uma mesma interpretação do Islã se traduzisse em mais influência na esfera política doméstica.

Isto nos faz retornar ao ponto inicial dessa seção, em que colocávamos que a principal dimensão substantiva analisada aqui é a *formação e atuação política da IM Síria nas suas duas primeiras décadas*. A maneira como se formou a IM Síria, assim como suas possibilidades mais concretas de atuação dentro dos limites da legalidade política, é o que substancialmente a difere de sua co-irmã egípcia – ainda que a última tivesse mais membros e fosse a criadora desse modelo de incidência do Islã na política. Nas seções subsequentes, trataremos de compreender as dimensões espirituais, espaciais e temporais que nos auxilia a compreender de maneira mais abrangente a variável substantiva que difere os dois ramos da IM.

Dimensão espiritual: interpretações da ideologia islâmica dentro da IM

Para uma compreensão da teologia pública da IM Síria em suas mais distintas dimensões, faz-se necessária uma compreensão inicial de sua dimensão espiritual. Destarte, nota-se que os princípios ideológicos presentes no ramo da IM egípcia e na da Síria são fundamentados em uma interpretação similar sobre o islamismo, a crença em Deus e em Seu profeta, e os ensinamentos do Alcorão como meio de melhorar a sociedade. No entanto, divergências em torno da implantação da lei islâmica e uma visão mais moderada da proposta inicial dos fundadores da IM, seriam os fatores diferenciadores entre os dois grupos irmãos.

Com base em Demant (2013) podemos afirmar que para ambos os grupos o islã não era visto apenas como uma religião, mas também como um modo de vida, e como uma forma de se guiar todos os aspectos da existência do povo muçulmano. Isso poderia ser analisado por meio dos princípios do islã (que significa “submissão à vontade de Deus”), assim como o próprio termo árabe *iman*, cujo significado é “crença em Deus” (submissão à vontade de Deus) os quais evidenciam a importância dos pilares do islamismo. Além disso, a partir deles perceberíamos que a parte espiritual na vida do muçulmano seria algo indissociável do seu crescimento pessoal, mental e transcendental.

Além destes princípios basilares do islã, um dos pensadores que contribuiu para a construção e interpretação dos ideais seguidos pela IM foi Sayyid Qutb, cujos preceitos foram disseminados amplamente no mundo árabe e influenciaram o líder da IM, Hasan al-Banna. Qutb também era conhecido pela sua reinterpretação radical de vários preceitos do islã, tendo seu conceito de *Jahiliya* (Idade da Ignorância, em árabe) uma importância fundamental para os movimentos políticos islâmicos, como veremos no caso da própria IM egípcia (ELIAS, 2010; QUTB, 1952).

Em sua leitura da *Jahiliya*, Qutb aborda uma maneira de analisar os governos teocráticos para saber de fato se estes governam sob a lei islâmica ou apenas utilizam sua nomenclatura, sem de fato seguirem os ensinamentos do islã. Através dessa concepção, Qutb a reinterpretou de maneira radical, enfatizando que aqueles governos que não cumprissem com os princípios autênticos do islã, eram considerados como oressores, e assim, os chamados “verdadeiros muçulmanos” deveriam declarar guerra contra estes tiranos em nome do verdadeiro islã (QUTB, 1952). Apesar do teor radical proposto em seus ensinamentos, os estudos sobre a proposta doutrinária de Qtub possibilitaram mais de uma linha de pensamento,

onde seus adeptos defenderiam desde o uso da violência como instrumento político até posturas mais moderadas utilizadas em escolas e palestras para a propagação de conhecimento.

No livro intitulado “A sombra do Alcorão”, Qutb retrata aspectos fundamentais da volta do islã na sociedade, como um retorno da religião como um elemento fundamental na vida daqueles que seguem o islã e em como os muçulmanos devem incorporar a religião na forma espiritual e em seu cotidiano. Nesse sentido, Qutb enfatiza que a restauração da fé islâmica muitas vezes está sendo limitada por aqueles que pregam ideais anti-islâmicos, e que a batalha entre os indivíduos que acreditam no puro islã contra os que vão contra a fé islâmica é antiga, e ainda pode ser encontrada na sociedade atual. (QUTB, 1952; SONN, 2011).

Para Qutb a fé deveria ser pregada no mundo islâmico sem que houvesse impedimentos, haja vista que o islã busca expandir a verdade. Sendo assim, o Alcorão possuiria os ensinamentos que justificavam e permitiam a luta contra os que haviam oprimido os muçulmanos e as palavras de Deus na sociedade islâmica. Tal ação ficou caracterizada como “a luta pela causa de Deus” (ou *jihad* em árabe), no qual os muçulmanos tinham como dever nesse novo mundo muçulmano que estava sendo construído retirar toda a injustiça em favor da pureza islâmica (QUTB, 1952; SONN, 2011).

Esse ensinamento é uma interpretação dentre muitas outras mais moderadas da seguinte passagem dos versos 39-41 da *Surah* (capítulo) 22 do Alcorão:

39. É permitido o combate aos que são combatidos, porque sofreram injustiça. – E por certo, Allah sobre seu socorro, o Imponente.

40. Esses são os que, sem razão, foram expulsos de seus lares, apenas porque disseram “Nosso Senhor é Allah”. E se Allah não detivesse os homens uns pelos outros, estariam demolidos eremitérios e igrejas e sinagogas e mesquitas, em que o nome de Allah é amiúde mencionado. E em verdade, Allah socorre a que O socorre. Por certo, Allah é Forte, o Todo-Poderoso.

41. Esses são os que, se os empossamos na terra, cumprem a oração e concedem azakah, e ordenam o conveniente e coibem o conveniente e coibem o reprovável. E de Allah é o fim de todas as determinações. (MUHAMMAD, 2008)

Desse modo, a reinterpretação de Qutb incentivou diversos muçulmanos a seguir o seu desejo de estabelecer uma sociedade que resguardasse os ensinamentos puros do islã, combatendo as forças contrárias a Allah, e principalmente os que governam pela fama e riqueza da sociedade. Grupos como a IM do Egito aderiram a esses princípios, e com o passar das décadas, os ensinamentos de Qutb se tornavam mais vívidos no Egito a partir das ações políticas dos Irmãos Muçulmanos.

Além de Qutb, os próprios preceitos basilares do islã foram fundamentais na formação dos ideais da IM do Egito. A exemplo disso, se tem a forte influência do sufismo na formação

da al-Banna, que contribuiu imensamente na construção dos princípios do grupo. O sufismo (*safa* – pureza em árabe) está ligado à inspiração espiritual, muitas vezes trazida da filosofia, sociologia e da literatura que exprime a prática das ações dos *sufis* (praticantes do sufismo) em ambientes educativos ao longo da história para desenvolver uma relação mais próxima e íntima com Deus. O sufismo foi extremamente relevante na formação do pensamento islâmico no ambiente político, pois relegava aos praticantes do sufismo a necessidade de se praticar ações para se obter a verdadeira espiritualidade, e separar os puros dos vulgares (ELIAS, 2010; MITCHELL, 1969; SONN, 2011; SOARES DE AZEVEDO, 2001).

Também no islã, temos os *ahadith* que são a forma escrita dos ensinamentos e ações do Profeta Maomé durante a sua vida terrena. Os *ahadith* podem variar de acordo com a interpretação de cada indivíduo ou grupo, porém, de modo geral, ele se apresenta como todo o corpo sagrado da tradição do islamismo. Nos *ahadith* se tem a *Suna*, que seria a tradição, as ações de Maomé, e até questões que lhe foram concedidas para dar uma possível solução (ELIAS, 2010; SONN, 2011). Essas tradições foram fundamentais para a formação dos preceitos da IM síria, que utilizou os ensinamentos do Profeta (*ahadith*) como um guia para propagar os seus preceitos no âmbito público e guiar suas ações na esfera política.

Entretanto, a IM da Síria seguiu preceitos pautados em um islã adepto à democracia ocidental, enfatizando a ideia de igualdade entre os indivíduos em oposição à ideia de um governo inteiramente governado pelo islã e a lei islâmica. Apesar de buscarem em Qutb alguns princípios, e inicialmente serem influenciados pelos ideais propagados por al-Banna em seus primeiros anos de formação na Síria, a IM síria procurou uma forma de interpretação diferente dos princípios islâmicos, devido a própria conjuntura do período. Tal contexto demandava do grupo um viés mais voltado a democracia e a igualdade no modelo da antiga colônia francesa, do que o da constituição de um estado propriamente islâmico. E foi justamente essa adaptação ao modelo político pós independência que a permitiu estar mais presente na política nacional síria.

A IM síria foi um dos grupos que seguiu a linha moderada das interpretações de Qutb, adotando preceitos de que o islã era necessário no cotidiano do indivíduo, e que a fé era, sobretudo, imprescindível na vida de um muçulmano perante os ideais ocidentais das sociedades no século XX. Para eles, a politização do islã ia além de princípios como “a restauração da *sharia* como lei obrigatória no território”, mas passava também por instaurar os preceitos islâmicos em uma sociedade defasada pelas disputas políticas fraticidas (DEMANT, 2013; ELIAS, 2010).

Como se nota do exemplo acima, a religião requer da interpretação dos diferentes grupos e do contexto nos quais convivem para se tornar uma variável explicativa nas ações dos indivíduos. Há diversos ensinamentos no islã, até mesmo com Qutb, que demonstram como a reinterpretação dos princípios islâmicos podem divergir de um país para o outro. Logo, o que irá incidir nos atos dos grupos no cotidiano político tanto da Síria, quanto do Egito, está além do escopo religioso, e mesmo que este influencie certos princípios, o que determinaria mais decisivamente as ações seriam outras dimensões conjunturais na sua construção histórica.

Dimensão espacial: o colonialismo britânico e francês e a ascensão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos

Após um final de século XIX conturbado, com controles ora otomanos, ora locais e ora britânicos, o Egito encontrou ao fim da Primeira Guerra Mundial uma nova situação política. O fim do conflito e a vitória da Inglaterra frente ao Império Otomano proporcionou uma “autonomia” do Egito a cargo da Inglaterra, na qual os interesses estratégicos desta última no Canal de Suez – que servia como uma importante passagem para o mar Mediterrâneo – e econômico na indústria têxtil egípcia seriam mantidos. A partir daí, a Inglaterra viria dominar o Egito por décadas através de um regime constituído como uma espécie de protetorado (HOURANI, 2006; MITCHELL, 1969; TALHAMY, 2012).

Mesmo com a independência do Egito em 1922, o território não ficou livre das iniciativas inglesas. O controle ainda adivinha de altos comissários britânicos, dos quais dominavam as políticas do governo egípcio. Esse domínio só acabaria por completo em 1956, após anos de embate entre as forças advindas do partido nacional egípcio Wafd e os britânicos pelo controle do país.

Em paralelo ao contexto acima explanado, a conclusão da Primeira Guerra Mundial em 1918 representou no caso francês a aquisição do controle do território da “Grande Síria”. Isto teria possibilitado a manutenção de minorias étnicas, entre elas as minorias cristãs, dentro da região do Oriente Médio. Este fato viria a ser possível através da estratégia francesa de formar repúblicas dentro de sua área de jurisdição, nas quais elites confessionais tuteladas pela França viriam a controlar as províncias formadas (ZAHREDDINE, 2013).

Desta forma, a estratégia francesa de desarticular movimentos nacionalistas mais fortes dentro de suas províncias seria realizada não só através da alocação de grupos divergentes dentro de um mesmo ambiente, mas também de sucessivas delimitações

territoriais e criação de novas províncias no território. Zahreddine apresenta os efeitos da atuação francesa no território:

[...] tanto o Líbano quanto a Síria são sociedades marcadas pela presença de minorias étnicas e religiosas importantes, sendo este um elemento fundamental para o entendimento dos problemas que a região vivenciará no início do século XXI. (ZAHREDDINE, 2013: 6).

Como consequência deste mecanismo de controle utilizado no mandato francês, o território da “Grande Síria” se fragmentou em seis novos Estados-províncias, cada qual com uma elite étnica dominante e tutelada pela França. Estes Estados seriam: o Estado de Aleppo; o Estado de Damasco; o Estado de JabalDruze; o Estado Alauita; a Província de Alexandreta; e o “Grande Líbano” (ZAHREDDINE, 2013).

Zahreddine (2013) nos mostra em seus estudos que os Estados de Alepo e Damasco eram, majoritariamente, compostos pela etnia Sunita, ramo islâmico de caráter mais moderado; O Estado de JabalDruze manteria um predomínio étnico Druso em seu território, ao passo que o Estado Alauita concentraria uma população étnica de mesmo nome. O território do “Grande Líbano” se consolidou a partir de uma maioria Cristã formando posteriormente em 1943 o atual Estado libanês, enquanto que a província de Alexandreta, composta por maioria Turca, em 1939 foi anexada pela Turquia, formando a província de Hatay.

Uma consequência desta tentativa francesa de dividir o território da “Grande Síria” foi a eclosão de revoltas árabes. Ao longo dos anos de 1920, os rebeldes buscariam deter o processo de fragmentação do território árabe e reforçar o caráter anti-imperialista e pró-árabe de seus territórios. Outros fatores seriam a construção de um cenário favorável para uma futura expulsão francesa do território sírio e a formação de um grande Estado árabe (ABD-ALLAH, 1983).

Apesar das revoltas iniciais terem sido vencidas pelas forças francesas, as pressões árabes levaram a França a abandonar sua política de fragmentação do território, possibilitando que os territórios de Alepo e Damasco se fundissem em uma única administração francesa em meados de 1924. Os territórios de JabalDruze e Alauita em 1934, também foram anexados a junção de Aleppo e Damasco, consolidando a formação do atual Estado sírio, sendo este reconhecido pela ONU em 1946, como um Estado independente.

É dentro desse contexto espacial de controle de áreas sob tutela da Grã-Bretanha e França que veríamos o surgimento de um novo movimento no Oriente Médio, liderado pelo jovem professor Hassan al-Banna. Este último, ao presenciar a dominação inglesa no Egito e

o esvaecimento da cultura islâmica na vida cotidiana, buscou em grande parte de sua adolescência e vida adulta se dedicar aos ensinamentos do islã e do sufismo, aderindo em seu cotidiano aos estudos do Alcorão e biografias do Profeta para difundir os princípios do islã e seus ensinamentos na vida educacional (ABOUL-ENEIN, 2003; PIRES, 2013; SERVOLD, 2003; SOARES DE AZEVEDO, 2001).

Não tardaria para que Al-Banna mudasse os rumos políticos de ambos os países através da criação de uma nova organização político-social que até hoje impacta os rumos de Egito e Síria. A influência de Al-Banna seria vista através de suas ideias que atravessariam fronteiras coloniais e atingiriam a Síria. Anos antes de sua completa independência da França em 1946, grupos e organizações islâmicas formariam alianças sob o nome de *al-Ikhwan al-Muslimun*, ou Irmandade Muçulmana. Sob essa rubrica, uniriam forças conta o mandato francês e seriam decisivas na autonomia da população síria (PORAT, 2010). Os detalhes sobre a formação e consolidação desse grupo serão vistos na seção que se segue, em que analisaremos a dimensão temporal de sua formatação e atuação.

Dimensão Temporal: a formação e difusão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos na história síria e egípcia do século XX

Em meio a um contexto de colonização, Hassan al-Banna vivenciou a revolução de 1919 e a tomada do Egito pelos britânicos. Um dos principais efeitos da exploração que o colonialismo britânico implantou foi a difusão do caráter secular nas universidades, escolas e na vida cotidiana, no qual a religião não era mais a principal forma de guiar a vida da população. Valores religiosos passariam a ficar destinados à esfera particular de cada indivíduo. Foi dentro desse contexto histórico que se deram as condições que levaram al-Banna e seus seguidores a fundar a IM (conhecida também como *Ikhwan* ou *al-Ikhwan al-Muslimun*) e propagar os seus ideais além das fronteiras do Egito.

Com a sua chegada de Hassan al-Banna à cidade de Cairo no ano de 1923, ele pôde vivenciar o desenvolvimento do secularismo a partir da promulgação da constituição secular pelo governo egípcio, impondo que a religião deveria estar separada do ambiente educacional. Logo, as universidades, os jornais e livros foram afastados da influência da religião. Com o passar dos anos, ele optou por conduzir as palavras do islã não só nas escolas e universidades, mas também buscou outros ambientes para discutir e apresentar os ensinamentos do islã, reunindo os indivíduos que estivessem interessados nos princípios islâmicos na vida política e cotidiana (MITCHELL, 1969; SERVOLD, 2003).

Neste contexto, o ano de 1927 se tornaria um divisor de águas. Com o crescente número de adeptos aos discursos de al-Banna, desejosos de pregar e colocar em prática a mensagem do islã, foi criada a “Associação dos Jovens Muçulmanos” (Young Men’s Muslim Association) com a proposta de servir a palavra do islã e disseminar o bem estar aos muçulmanos. Tal associação foi um antecedente dos princípios e práticas da organização da IM, onde o objetivo principal era restaurar o verdadeiro islã na sociedade egípcia. O verdadeiro islã rejeitava a divisão do mundo em esfera espiritual (religião) e esfera física (secular), e por isso o grupo pregava em suas mensagens a importância do islã na vida do indivíduo, conforme aqueles preceitos já explanados desenvolvidos por Siyyid Qutb (SERVOLD, 2003; QUTB, 1953).

Um ano depois, em 1928, al-Banna viajou para a cidade de Isma’iliyya, onde foi capaz de observar a exploração dos trabalhadores egípcios pelos estrangeiros no Canal de Suez. Este evento lhe trouxe um ímpeto maior para sua luta contra o imperialismo estrangeiro e a favor da ideia de promover o islã dentro da sociedade muçulmana. Naquele mesmo ano, ele funda a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos. Composta por seis seguidores na época e tendo como objetivo inicial lutar contra o secularismo e a ocupação britânica no Egito, ver-se-ia posteriormente uma expansão vertiginosa dessa organização político-social (ABOUL-ENEIN, 2004; PIRES, 2013; SERVOLD, 2003).

Durante quase toda a década de 1930, a organização se apresentou como um movimento sem contornos políticos, apenas se dedicando a promover o islã com a ajuda de seus integrantes, sem necessariamente praticar alguma atividade de manifestação. Foi nessa década que a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos se expandiu, principalmente após a decisão de al-Banna de mudar-se para o Cairo com o objetivo de atrair novos integrantes. Com a organização da primeira conferência no Cairo para os integrantes já existentes e a decisão de incorporar um jornal para suas publicações, a Sociedade cresceu de modo alarmante nesse período. Quando a 5^a Conferência aconteceu, em 1939, a Sociedade foi definida como uma organização política e já contava com cerca de 50.000 membros e mais de 300 sedes ao redor do país (MITCHELL, 1969; PIRES, 2013).

Nesse período também foram definidos os princípios que viriam permear a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos em sua fase inicial, dos quais pregavam: um Islã aplicável a todos os lugares e todos os tempos; o Islã como uma forma de sistema completo, e como forma de árbitro da vida em todas as categorias; um Islã formulado de suas duas bases primárias: a revelação do Corão e a sabedoria do Profeta no Suna (MITCHELL, 1969: 14). Desse modo,

era imprescindível para a organização que a lei islâmica fosse legitimada e a lei secular fosse revogada no Egito.

Al-Banna se preparava para difundir as suas ideais, nos quais provinham de uma vida cotidiana pautada em preceitos islâmicos. Ao passar a maior parte de sua vida estudantil aprendendo os ensinamentos islâmicos em escolas e universidades sunitas, al-Banna teve contato com algumas ideologias sufistas, as quais teriam influenciado na formação de sua percepção sobre a necessidade do islã desempenhar um papel essencial no cotidiano da sociedade. Essa ideologia, em 1928 se tornaria uma das formas de concepções difundidas pelos Irmãos Muçulmanos do Egito (MITCHELL, 1969).

Com o passar dos anos, a influência dos princípios da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos – também conhecida como IM (IM) – chegaram à Síria, gerando expectativas e novas formas de propagação do islã em meio ao colonialismo francês no território sírio. Esses ideais esculpidos pela IM do Egito foram trazidos para o país por meio de estudantes sírios que haviam estudado nas cidades egípcias.

Foi a partir da década de 1940, quando associações da IM começaram a ser criadas em diversos países, que a Síria se mostrou um local nos quais os ideais do Ikwan seriam adotados por Mustafa as-Sibai. Assim, em 1945 funda-se em Damasco a IM Síria, inspirada no modelo da IM egípcia. A incorporação dos princípios de Hassan al-Banna traria diversos impactos aos grupos sírios locais, principalmente na arena política, onde as ideias islâmicas propagadas inicialmente pela IM egípcia iriam se tornar públicas na Síria, com atuação na expulsão dos franceses e, em seguida, na disputa política de vários grupos étnicos pelo poder do país. Neste contexto, o carisma na liderança de Al-Sibai foi fundamental para que o movimento se estendesse e florescesse em toda a Síria (PORAT, 2010).

Ainda que em princípio a IM síria surgisse quase como uma filial da IM do Egito, o contexto daquele período demandava um maior ativismo político do grupo sírio. Ciente da grande diversidade étnica em território sírio, a IM síria procurou se destacar em relação aos demais grupos quando os franceses são finalmente expulsos do país na década de 1940. Com a independência do território sírio do governo francês, a IM viria a mostrar sua força na arena política por meio das eleições (TALHAMY, 2012; PIRES, 2013), aspecto que já o diferenciava da co-irmã egípcia.

Com a independência do país em meados de 1940, a IM síria inicia sua luta no plano intelectual (decorrente das influências das ideologias de Al-Banna e Qutb na formação das percepções de as-Sibai) e no plano político, utilizando-se de preceitos islâmicos e democráticos para sobrepor-se perante os partidos políticos. Após participar do processo de BJIR, Marília, v. 5, n. 2, p. 317-341, mai/ago. 2016

independência do território sírio, a IM síria, inicia sua inserção nos movimentos políticos dentro da região em meados dos anos de 1945-1946. Através da realização de uma aliança com o Partido Popular, a IM síria concorre contra o Partido Nacionalista nas eleições de 1947 (TEITELBAUM, 2004).

O Partido Nacionalista, por sua vez, era composto por elites sírias, responsáveis pela atuação e liderança do país na busca pela independência do território no processo de descolonização, sendo majoritariamente representante dos interesses da cidade de Damasco. O grupo formado pelo Partido Popular, entretanto, seria composto por ex-membros do Partido Nacionalista cujos representantes estariam vinculados aos interesses da cidade de Aleppo, mas também por outros grupos com menores capacidades de projetar suas ideias e contrários aos ideais defendidos pelo Partido Nacionalista, tais como a própria IM Síria, o Partido Baa'th e os comunistas (ZAHREDDINE, 2013).

Para além das questões eleitorais, a IM síria também se posicionou em questões importantes do âmbito regional. Apoiado pela sua ramificação egípcia, o grupo optou por apoiar a Palestina em seu embate com Israel. Foi emitido em setembro de 1947 a Carta Nacional, na qual declarava suas pretensões de apoiar o estabelecimento de um Estado árabe dentro do território palestino, como forma de libertar a região da presença dos judeus inseridos no Oriente Médio através da Declaração de Balfour (TEITELBAUM, 2004).

Outro ponto de destaque da Carta Nacional foi a oposição do grupo aos planos “imperialistas”, defendidos pelo rei Abdullah da Transjordânia, que propusera a formação da Grande Síria e de um “Exercito da libertação árabe para a salvação da Palestina” (TEITELBAUM, 2004: 138). Ainda que houvesse o apoio a questão palestina, acreditava-se dentro do grupo que não se deveria entrar na luta armada contra os israelenses.

A ingerência da Transjordânia teria impactos mais profundos na política síria. Ela trouxe um movimento massivo de revoltas dentro da Síria, provocando a renúncia em 1948 do Primeiro Ministro Jamil Mardam do governo e a ascensão de Khalid al-‘Azm que, posteriormente, viria a ser deposto por um golpe de Estado liderado pelo coronel Husni al-Za’im.

Apesar do golpe de Estado ter sido inicialmente bem recebido pelos grupos opositores ao governo do Partido Nacionalista, tais como as forças armadas e os partidos da IM síria, do Baa'th e o Popular, as crescentes demandas realizadas pela IM por reformas democráticas e melhorias na qualidade de vida da população (ao exemplo da reforma agrária), teriam gerado tensões entre o grupo e o governo de al-Za’im. Este evento, por sua vez, seria o resultado da não instauração de um regime verdadeiramente democrático após o golpe de Estado, visto que

as forças militares teriam optado pela manutenção de um regime ditatorial centralizado na figura do coronel al-Za’im (TEITELBAUM, 2004).

Posteriormente, o governo de al-Za’im traria um período de repressão política para a IM, pois assim como o Partido Popular comunista, esta teria sido considerada ilegal e clandestina, ficando incapaz de desempenhar oficialmente funções políticas e, consequentemente, participar de eleições até maio de 1949. Estudos realizados por Pires (2013) nos relatam que este evento de repressão política também teria acontecido com outros partidos políticos e grupos de interesses sírios, ao exemplo dos *Ulemás*⁸, personagens que desempenharam papéis essenciais para a realização do golpe de Estado que teria levado à ascensão do novo governo gerido por Sami al-Hinnawi.

O início do governo de al-Hinnawi trouxe realização de novas eleições para a formação de uma assembleia constituinte na Síria, na qual a IM viria a criar a Frente Islâmica Socialista para concorrer nas eleições. O resultado dessas alianças com o Partido Popular dariam resultados expressivos logo nos primeiros anos da organização. No ano de 1949 a IM obtém três cadeiras no Parlamento. Já em 1961, se torna um símbolo de representatividade ainda mais relevante ao obter dez assentos no legislativo (FONDREN, 2009; PORAT, 2010).

O novo governo também teria sido marcado pelo apoio da unificação da Síria com o Iraque, fator amplamente criticado pelo grupo da IM síria por considerar um retrocesso que posicionaria a região nos modelos imperialistas da Grã-Bretanha (PIRES, 2013). Outro fator para as críticas seria de que a existência de governos monárquicos não teria embasamento nos preceitos defendidos pelo islã, sendo, portanto, mais aceitáveis os ideias de igualdade socialista defendido pelo próprio grupo (TEITELBAUM, 2004).

Teitelbaum (2004) nos relata que este evento teria levado o Partido da IM síria a adotar nos anos subsequentes um posicionamento mais incisivo na formação das políticas do governo, levando aos deputados associados ao grupo a ocupar cargos no gabinete do governo, como no caso do membro da Frente Islâmica Socialista Muhammad al-Mubarak que ocuparia o cargo de Ministro das Relações Públicas e de Ma’ruf al-Dawalibi que ocuparia o cargo de Ministro da Economia Nacional.

Desta forma, a Frente Islâmica Socialista, principal representante dos interesses da IM, aliada aos *Ulemás*, teria conseguido acumular poder suficiente para impor o islã como a religião oficial do Estado sírio, sob o argumento de que esta simbologia viria a intensificar,

⁸ O grupo dos *ulemás* correspondia aos sábios responsáveis por resguardar as leis islâmicas, atuando como árbitros da *Sharia*, e interpretando as mensagens presentes no Alcorão e na Suna do Profeta. Os *ulemás* possuíam BJIR, Marília, v. 5, n. 2, p. 317-341, mai/ago. 2016

futuramente, as relações do país com os demais Estados árabes, causando a superação da onda de secularização pela qual o país estaria sofrendo neste período (MITCHELL, 1969). A aprovação da constituição em meados dos anos 50, defendida pela IM, marcou o auge do poder do grupo no período aqui analisado.

No cenário da Guerra Fria, estimulada pela IM, a Síria teria buscado pelo apoio da União Soviética, fazendo com que apesar das diferenças ideológicas, o grupo muitas vezes fosse confundido com o Partido comunista sírio e os soviéticos. Devido a pressões britânicas pela tentativa de unificação entre Iraque e Síria, al-Sibai defende que os árabes deveriam se aliar a União Soviética, mas sem aceitar o regime comunista, formando como objetivo político uma coalizão anti-ocidental (TEITELBAUM, 2004).

Apesar das tentativas norte-americanas de atrair o Egito para a OTAN na década de 1950, a neutralidade árabe se mantém na região, levando o Estado egípcio a recusar o alinhamento com o ocidente e estimular a criação de uma República Árabe Unida (RAU) com a Síria em meados de 1958 (TEITELBAUM, 2004). As pretensões do líder egípcio Gamal Abdal Nasser, no entanto, não correspondem com as expectativas da IM síria, dado que neste período todos os partidos políticos no território sírio são banidos da RAU. Conforme salienta Pires (2013), o fracasso da RAU em 1961 também teria sido uma consequência da não realização de políticas e reformas institucionais capazes de permitir um verdadeiro processo de unificação dos povos islâmicos, fator almejado pelo grupo da IM síria, mas também, uma das principais variáveis que possibilitariam a ascensão do partido Baa'th no território sírio em 1963.

Com a ascensão do partido Baa'th ao poder na Síria, o nome do país é mudado para República Popular Síria, o que também reforça o caráter pan-arabista e socialista no Estado (MOUBAYED, 2006). A consolidação do governo de Hafiz al-Assad na década de 1960 também robusteceria a necessidade de se promoverem mudanças paradigmáticas dentro do Estado sírio, dado que sua orientação ideológica pragmática e *bonapartista* evidenciariam sua orientação em elaborar políticas que mantivessem o regime do partido Baa'th (LESCH, 2011).

Nesse sentido, quando o Baa'th ascende, seus objetivos estão atrelados ao enfraquecimento da IM – sua principal concorrente política – e a classe de comerciantes sunitas, principais apoiadores deste grupo (ZARHEDDINE, 2013). Com o pronunciamento do governo Baa'th alegando a ilegalidade da IM em 1964, tem início à escalada de conflito entre os dois grupos, no qual podemos observar de um lado a instauração de um regime

“democrático socialista e popular” centrado na liderança e predomínio político alauita, e por outro, a atuação da IM síria na formação e consolidação de movimentos contrários ao regime do Baa’th (PIRES, 2013; LESCH, 2011; PORAT, 2010).

Dessa forma, apesar das vitórias do governo alauita nestes conflitos políticos que culminaram na declaração da ilegalidade da IM, o bombardeamento de mesquitas teriam comprometido a imagem do Partido Baa’th frente aos grupos religiosos, o que estimularia a criação de novos protestos e movimentos que apoiariam a atuação da IM em eventos futuros (MOUBAYED, 2006).

Considerações finais

Não é pretensão deste trabalho afirmar se as atuais posturas e ações da IM síria e egípcia são legítimas ou benéficas para a sociedade muçulmana. Na realidade, a expectativa é que com a realização do presente artigo auxiliemos na interpretação de casos onde grupos com visões religiosas e doutrinárias semelhantes consolidem suas atuações na esfera política de maneiras distintas.

Como visto pela aplicação do mecanismo analítico proposto por Sandal (2012), no caso da IM da Síria e do Egito, a percepção e o posicionamento dos grupos religiosos dentro dos seus cenários domésticos, assim como na sua atuação no cenário internacional, são decorrentes de fatores conjunturais que substantivamente incidem nas ideologias apresentadas a estes grupos.

A influência religiosa analisada em ambos os casos têm conseguido manter sua essência ao longo do tempo, pois a valorização da lei islâmica representada pelo Corão e pela Sharia nos grupos não se alterou. No entanto, as interpretações realizadas por estes grupos analisados têm se transformado com o tempo, de maneira que apesar de a essência ter se mantido, as interpretações destes grupos passariam a oscilar dependendo de sua localização e contexto histórico. Percebemos que as mudanças provocadas por aspectos contextuais da formação da IM síria até uma ação concreta no cenário político, influenciaram na posição do grupo no decorrer dos anos, diferindo da atuação política da IM egípcia.

Tendo em vista a dimensão espacial, a influência de um modelo de democracia francesa – que aceitaria grupos islâmicos dentro de uma adaptação a alguns pressupostos da democracia ocidental –, fez com que a IM síria adaptasse sua doutrina política, aceitando a

sharia dentro dos limites impostos pelos pressupostos democráticos. Estas oscilações interpretativas, por sua vez, estimulariam a formação de teologias públicas diferentes no território sírio e no território egípcio.

Esse espaço não se desconecta de sua construção histórica. Logo, analisando os dois grupos em sua dimensão temporal – ou seja, sua construção histórica dentro de uma dada conjuntura política – nota-se que a incidência maior da IM Síria na política doméstica trouxe a ela um papel diferenciado em termos substantivos, permitindo-a participar com mais afinco da luta por cadeiras no parlamento sírio e ser reconhecida em seus primeiros anos como uma força política de destaque. Enquanto a IM egípcia mantinha-se na ilegalidade perante um modelo autocrático presente no Cairo, a sua “filial” síria conseguia obter vitórias substantivas como notado nas eleições legislativas de 1949 e 1961. Não obstante, lutas no seio político sírio fariam com que em 1963 a IM síria seguisse o caminho da sua co-irmã egípcia, sendo considerada ilegal e passando a ser perseguida pelo governo autocrático do Ba’ath.

Ao nos debruçarmos na análise do caso da IM sob a ótica do conceito de teologia pública, podemos notar que as semelhanças doutrinárias entre os ramos egípcio e sírio não se traduzem em uma mesma atuação política. Ainda que ambas estivesse identificadas com o islamismo e sob influências ideológicas e interpretativas herdadas de al-Banna, estas apresentariam suas próprias especificidades e características. Neste sentido, o conceito de teologia pública se mostra de relevância para a compreensão de grupos que compartilham valores religiosos similares, mas que incidem politicamente de maneira diferenciada. Mais que isso, é uma construção conceitual que nos permite superar a simplificação de determinada religião como mais violenta ou fundamentalista e, por consequência, ter um olhar mais imparcial fundamentado em dimensões ancoradas no espaço, no tempo e na religião.

Referências Bibliográficas

- ABD-ALLAH, Umar. (1983). **The Islamic Struggle in Syria**. Berkeley: Mizan Press.
- ABOUL-ENEIN, Youssef H. (2004). “Al-Ikhwan”. **Military Review**. 44-49.
- BREITENBERG, Harold (2010). “What is Public Theology?”. In: HAINSWORTH, Deirdre King e PAETH, Scott R. (Eds.). **Public Theology for a Global Society: Essays in Honor of Max L. Stackhouse**. Grand Rapids, MI: Eerdmans.
- CARVALHO, Osiel L. (2014) “Religiões no Espaço Público: Reflexões a Partir da Teologia Pública”. **Revista Eletrônica Correlatto**. V.13, N. 25, Junho 2014, p.105-116.
- DEMANT, Peter. (2013). **O Mundo Muçulmano** (3a.ed). São Paulo: Contexto.

- BERLINERBLAU, Jacques. (2012). **How to Be Secular: A Call to Arms for Religious Freedom.** Washington, DC : LOC.
- ELIAS, Jamal J. (2010). **Islamismo.** Lisboa: Edições 70.
- FONDREN, Billy R. (2009). **The Muslim Brotherhood in Egypt, Jordan and Syria a comparison.** California: Naval Postgraduate School.
- HAYNES, Jeff. (2001). “Transnational religious actors and international politics”. *Third World Quarterly*. Vol. 22. nº 2: 143-158.
- HOURANI, Albert. (2006). **Uma História dos Povos Árabes.** São Paulo: Companhia de Bolso.
- KING, Gary, KEOHANE, Robert & VERBA, Sidney. (1994). **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.** Princeton: Princeton Univ. Press.
- KOOPMAN, Nico (2006). “Contemporary Public Theology in United States and South Africa”. In: SMITH, R. Drew (ed). **Freedom's Distant Shores: American Protestant and Post-Colonial Alliances.** Waco, TX: Baylor Univ. Press.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (2003). “Toward an International Political Theology”. In: PETITO, F. & HATZOPOULOS, P. (ed). **Religion in International Relations: The Return from Exile.** New York: Palgrave Macmillan.
- LESCH, David W. (2011). “Syrian Arab Republic”. In. D. Long *et al* (ed). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa.** Boulder: Westview Press.
- MARTY, Martin (1974). “Reinhold Niebuhr: Public Theology and the American Experience”. *The Journal of Religion*. Vol. 54, N.4, Out. 1974, p.332-359.
- MITCHELL, Richard P. (1969). **The Society of the Muslim Brothers.** New York: Oxford University Press.
- MOUBAYED, Sami. (2006). **Stell & Silk: men and woman who shaped Syria 1900 – 2000.** Seattle: Cune Press.
- MUHAMMAD. **Alcorão.** (2008). São Paulo: Complexo do Rei Fahd.
- PIRES, Guilherme Di Lorenzo. (2013). “A Irmandade Muçulmana na Síria”. **Revista Conjuntura Austral.** Vol. 4. nº 20: 24-34.
- PORAT, Liad. (2010). “The Syrian Muslim Brotherhood and the Asad Regime”. **Middle East Brief.** December. nº47.
- QUTB, Sayyid. (1952). **In the Shade of the Qur'an.** Vol. 1. Cairo : s/e.
- RIKE, Jennifer (1996). “Langdon Gilkey”. In: MUSSER, Donald e PRICE, Joseph (ed). **A New Handbook of Christian Theologians.** Nashville: Abingdon Press.
- SANDAL, Nukhet Ahu. (2012). “The Clash of Public Theologies? : Rethinking the Concept BJIR, Marília, v. 5, n. 2, p. 317-341, mai/ago. 2016

- of Religion in Global Politics ". **Alternatives: Global, Local, Political**, n. 37, 66-83.
- SERVOLD, Gary M. 2003. "The Muslim Brotherhood and Islamic Radicalism". In: B. R. Schneider & J. M. Post (ed). **Know Thy Enemy: Profiles of adversary leaders and their strategic cultures**. Alabama: USAF, 41-84.
- SONN, Tamara. (2001). **Uma Breve História do Islã**. Rio de Janeiro: José Olympio editora.
- SOARES DE AZEVEDO, Mateus. (2001). **Iniciação ao Islã e Sufismo**. São Paulo : Editora Nova Era.
- TALHAMY, Yvette. (2012). "The Syrian Uprising: The Muslim Brotherhood Reborn". **The Middle East Quarterly**. Vol. XIX. nº 2: 33-40.
- TEITELBAUM, Joshua. (2004). "The Muslim Brotherhood and the "Struggle for Syria", 1947-1958 - Between Accommodation and Ideology". **Middle East Studies**. Vol. 40. nº 3: 134-158.
- THOMAS, Scott M. (2003). "The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Society". In: F. Petito,& P. Hatzopoulos. **Religion in International Relations: The Return from Exile**. New York: Palgrave Macmillan.
- VON SINNEN, Rudolf (2012). "Teologia Pública no Brasil: um primeiro balanço". **Perspectiva Teológica** (Belo Horizonte), ano 44, n.122, Jan/Abr 2012, p.11-28.
- ZAHREDDINE, Danny. (2013). "A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial". **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 4. nº 20: 6-23.

Recebido em: Junho de 2015;
Aprovado em: Janeiro de 2016.